

Capítulo 3 – A construção de cidadania em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional

Maria Cláudia da Veiga Soares de Carvalho
Fabiana Bom Kraeme
Flávia Milagres Campos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, M. C. V. S., KRAEMA, F. B., and CAMPOS, F. M. A construção de cidadania em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional. In: CARVALHO, M. C. V. S., CAMPOS, F. M., and KRAEMER, F. B., eds. *Tecnologias sociais e de comunicação como recursos educacionais em alimentação* [online]. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 83-109. ISBN: 978-65-5630-198-3.
<http://doi.org/10.7476/9786556301983.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS URBANOS DE ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL¹

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO
FABIANA BOM KRAEMER
FLÁVIA MILAGRES CAMPOS

INTRODUÇÃO

Não há *a priori* uma teoria para construção de cidadania, porque também não há um estado inicial e outro resolutivo de um cidadão: nos afirmamos como cidadãos a todo momento. O processo é contínuo e se dá no interior das relações sociais com uma infinidade de possibilidades em seu cotidiano. Os contornos de cidadania hoje são delineados por sociedades organizadas em territórios modernos, os Estados-nação, sob o comando de um governo instituído que determina suas políticas. (GIDDENS, 2001) Nesse sentido, somos cidadãos brasileiros porque aceitamos e nos sujeitamos às políticas brasileiras, e isso nos difere de argentinos, tailandeses ou dinamarqueses. Ainda assim, ser cidadão não se resume a uma natureza constante ou homogênea de ser brasileiro, argentino ou tailandês. A formação cidadã passa por um processo conflitivo do espaço público que propicia espaços necessários de vivência da dignidade humana, em

1 Texto derivado de projeto de pesquisa intitulado “Educação alimentar em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional”. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTIC nº 016/2016-9).

efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças próprias de cada um. (CORRÊA, 2002)

Para se apropriar de um papel social e se sentir cidadão, há que reconciliar-se com o sentimento de todos os brasileiros, reconciliar “[...] a consciência comum consigo mesma ao propor explicações, até mesmo contraditórias, a respeito do mesmo fato [...]” (BOURDIEU, 2015, p. 23), que somos brasileiros. Segundo o sociólogo, noções comuns são fortes e vivem como naturais, muitas vezes até como óbvias no senso comum. Mas na prática de pesquisa, quando retiramos a noção de cidadania do senso comum para pensá-la conceitualmente, rompemos com a experiência imediata, e buscamos aprofundar explicações em uma espécie de quadro teórico, confrontando-a com experiências anteriores de pensadores e teóricos, que nos escapam numa leitura instrumental das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Há diferentes concepções sobre política, e, na perspectiva deste estudo, o documento que denominamos Política Pública é a expressão legitimada de uma política que funciona no interior das relações econômicas como sistema de poder e, segundo debate entre Chomsky e Foucault, “define as formas, as permissões e proibições regulares de nossa conduta. Afinal de contas, a essência de nossa vida consiste no funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos”. (CHOMSKY, 2014, p. 46)

Afirmar a cidadania como um papel social pode ser uma solução fácil que nos mobiliza para consumos possíveis no dia a dia, narrativas sobre o que comer que fazem sentido no convívio social, mas nem sempre tomam para si o sentimento de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Consideramos um processo educativo em prol do direito humano quando o comer, ou o falar sobre o comer, garante liberdades básicas para cada um, liberdade que promova melhores condições de vida para todos. Nesse sentido, se sentir cidadão se mistura com um aprendizado na vida, com uma educação que nos invade e mistura ideologias, conforme pudemos observar no estudo de Nascimento e demais autores (2017) sobre o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (2012).

As novas velhas formas de comensalidade envolvem um convívio social transmediatizado em uma cultura *over* de informações sobre SAN e

DHAA, que bricola o que já existia com formas híbridas, colagens e sincretismos de significados que expressam o que Levi Strauss denomina um “tesouro de ideias”. (LÉVI-STRAUSS, 1976) Essa dinâmica na realidade cotidiana, porém, pode tornar concepções e princípios, como o DHAA, contraditórios e confusos, ou até mesmo invisíveis.

Este estudo se propõe a olhar para construção de cidadania em projetos de SAN, elaborados por diferentes atores sociais durante um curso de ensino a distância sobre a temática da educação alimentar e nutricional e equipamentos sociais urbanos. Isto possibilitou olhar para a realização do DHAA através das ações de indivíduos e comunidades concretas, tratando da melhoria das condições territoriais para lidar com o mal-estar e construir formas de viver bem juntos, entendendo que assim se realiza o DHAA. O território, desta forma, é compreendido como um produto social, resultado da dinâmica dos modos de produção e reprodução social. Neste sentido, é nos microterritórios ou lugares que os atores locais questionam os sistemas hegemônicos do território. (JARAMILLO, 2018) Os lugares definidos nos projetos estão conectados aos atores sociais e a narrativas midiáticas que neles habitam, constituindo núcleos complexos para análise: como a comensalidade em espaços como feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão?

Os equipamentos sociais têm vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade e cooperação na implementação de participação política e dinâmicas cidadãs em suas práticas cotidianas. São espaços que se revestem de informações e incorporam tendências nas práticas comunicacionais. Os meios de comunicação, assim, são, segundo Baccega (2009), ágora de publicidade onde os sujeitos se encontram e aí bebem, ressignificando o mundo editado, ocupando e sobrepondo-se aos espaços. Em nosso estudo entendemos que os equipamentos sociais têm potencial socioeducativo para aumentar a capacidade de resposta dos grupos sociais aos vários riscos existentes no espaço público urbano.

Um equipamento social é um espaço social nuclear na valorização da cultura alimentar local, promoção da cidadania e da realização do DHAA. Em consonância com a terceira diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional configura um lócus de educação alimentar e

nutricional (EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e DHAA. A incorporação dos sentidos de cidadania está marcada por uma permanente negociação na construção de novos esquemas de percepção, novas sensibilidades e subjetividades estabelecidas entre ensinar/aprender, saber/poder e realidade/verdade. Nesta perspectiva, a condução/compreensão/interpretação deste fenômeno complexo de construção de cidadania necessariamente envolve o entrelaçamento de diferentes saberes que circulam nestes entroncamentos de relações e distancia-se de um cardápio de mudanças padronizadas de comportamento humano: cidadania não é algo que se consome de pronta entrega.

As práticas educacionais e comunicacionais são processos de continuidade que provocam efeitos a longo prazo na incorporação de cidadania e alternativas para excluídos e marginalizados invisíveis da sociedade. Se por um lado a conceituação de cidadania é uma reflexão que rompe, pelo menos parcialmente, com a realidade, por outro, é na experiência que a concepção de cidadão conecta sujeito e sociedade. Segundo Bondia (2002, p. 28), “A experiência já não é o que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, mas o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las”. Assim, entendemos que o desenvolvimento de projetos representa um exercício de incorporação de experiências e orientações políticas e em nosso campo de estudos – o ensino a distância (EaD) de SAN e DHAA aglutinou um conjunto de técnicas e metodologias na busca por soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

A pesquisa social foi um fio condutor que nos auxiliou a compreender a convivência de contradições humanas orquestradas por e no ambiente de aprendizagem envolvendo alimentação. Embora estejamos em um campo de práticas educacionais a distância, explorando uma Tecnologia de Informática e Comunicação (TIC), no escopo dessa pesquisa, o EaD foi somente o corpus do objeto de estudo, a construção de cidadania.

O caráter educativo circunscreve a renovação/ressignificação de valores hegemônicos, reconhecendo-os para poder intencionalmente problematizar a disposição para imposição de normas e padrões de EAN que aparece nos documentos de Políticas Públicas. Problematizar é uma

estratégia metodológica que visa convergir sentidos e significados espalhados no cenário da pesquisa, de modo que se possa, em seguida, a partir desse conjunto, despir termos soltos de polissemia e superficialidade transformando meras palavras em conceitos operacionais para a análise.

FUNDAMENTOS SOBRE CIDADANIA

A conceituação foi a primeira etapa do percurso metodológico desse estudo. A seleção de argumentos teóricos aprofundou raízes dos termos situando-os em uma trajetória de pensamento contextualizada no cenário de uma arquitetura aberta da internet onde estava o EaD. Ao inscrevê-los numa seleção de fundamentos e argumentos teóricos, definimos um ponto de vista das ciências sociais e humanas, nos protegendo de armadilhas generalizadoras. O conceito de cidadania foi objeto e ao mesmo tempo ferramenta para o pesquisador. Se temos hoje esse termo cidadania em nosso vocabulário, temos também significados que fazem sentido na prática, quando compomos nossos discursos com ele. Por outro lado, se esse termo já existe há tempos, já fez parte de outras experiências até anteriores à formação da palavra latina *civitas*.

Segundo Elisa Reis (1998), a ideia que leva ao conceito de cidadania é anterior à palavra latina *civitas*, remete ao sentimento de igualdade, inicialmente religioso e depois político, na formação de comunidades, *polis*, como consequência de guerras e como resultado ou motivador do sentimento de lealdade entre as pessoas que moravam próximas umas das outras. Na era medieval, o burguês tornou-se o *protótipo do cidadão* e a cidade seu habitat natural, enquanto na visão moderna, a cidadania está associada ao desenvolvimento do capitalismo e a institucionalização do Estado-nação.

Para Boaventura de Santos (2009) o paradigma da modernidade ocidental estava assentado em uma tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social. Estado, mercado e comunidade seriam eixos a partir dos quais se processaria a regulação, tendo em vista o princípio da obrigação (obrigação vertical entre cidadãos e Estado, obrigação horizontal entre parceiros de mercado, obrigação horizontal entre membros de uma comunidade). A ciência, o direito e o senso comum, por outro lado, seriam

eixos relacionados à emancipação, estabelecendo-se a tensão. No entanto, a ciência e o direito foram se tornando eixos de regulação, ao convergirem com o capitalismo, o que levou a tensão a tender para a regulação social e consequente déficit de emancipação. Assim, para o autor, mercado, ciência e direito se associaram em um projeto regulativo hegemônico que vem bloqueando as alternativas emancipatórias nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Guardadas as devidas proporções, o pensamento de Boaventura nos permite trazer essa tensão “regulação/emancipação” para os equipamentos sociais urbanos, a fim de problematizar como se fazem presentes os potenciais regulatórios e os emancipatórios nesse espaço, a partir das ações de EAN. Ainda que como categoria pensada no marco de tradições culturais nacionais, a cidadania, ao mesmo tempo como objeto e ferramenta de análise, nos ajuda a pensar subjetividades e esquemas de percepção que estão atuantes na formulação das ações de EAN, bem como são construídas por elas e criam possibilidades para lutas emancipatórias, que se confrontam com as formas de dominação e exclusão presentes no território.

Consideramos passo necessário refletir sobre como essa tensão se coloca nas ações de EAN, como se contrapõem na ação localizada no território a lógica da eficácia e da instrumentalização e a lógica da solidariedade e da participação. Pensar ao mesmo tempo as possibilidades locais de resistência à dominação e como a própria resistência em algum momento acaba, por sua vez, fundando novas relações de poder. (FOUCAULT, 2008) Então, para tomar os equipamentos sociais como campos de experimentação social, criando oportunidades de pensar alternativas ao que está dado, parece-nos apropriado a abordagem das questões da cidadania, que envolvem o sentimento de pertença, a participação política, o cumprimento de deveres, a luta por direitos e por uma vida digna.

Espaços públicos de vida digna constroem-se paulatinamente por meio de frentes comuns de combatividade solidária, aptas a transformarem as lutas locais e regionais em momentos de um processo maior, tendo como horizonte de sentido a partilha dos espaços sociais de que os cidadãos necessitam para a realização coletiva de suas identidades e diferenças. (CORRÊA, 2003, p. 53)

Numa perspectiva teórico-conceitual de metodologia, o conceito de cidadania baliza questões sociais profundas da sociedade contemporânea, como processo de emancipação, distribuição de renda e estratificação social, o que orienta novas construções e usos nas práticas de EAN desenvolvidas em equipamentos sociais. No contexto da pesquisa, esse conceito opera como ferramenta para a análise de conteúdo a depender do corpo de hipóteses que compõem esse estudo.

Nossas questões envolvem inclusão social: se ser ou estar cidadão significa fazer parte a um corpo maior, pertencer a uma unidade comum, então a cidadania seria uma afirmação de prerrogativas que estariam garantidas pelas leis ou políticas públicas? E, junto a essa questão, o cidadão em uma condição de consumidor de direitos pode se fechar numa esfera privada e conflitar com o cidadão no sentido daquele que se envolve com as questões públicas?

A construção de categorias analíticas é derivada de um conjunto de pressuposições teóricas que nos posiciona eticamente diante dos modos como vemos cidadania nos planos de ação. Os processos de EAN seguem diretrizes de políticas públicas que legitimam suas ações e capitalizam os agentes gestores dos planos, o que nos motiva a compreender como esses agentes aplicam em suas práticas essas diretrizes. Defender o DHAA ou a soberania alimentar e SAN se dá no discurso de formas diferenciadas, e são essas diferenças que nos levaram a pergunta-guia: como os planejadores de EAN em equipamentos públicos objetivam o sentimento de cidadania? Como esperam que seu público-alvo vivencie ou consuma seus direitos garantidos por lei?

Entendemos que conhecer a construção de cidadania nos projetos de EAN elaborados por diferentes atores sociais em equipamentos sociais urbanos durante a realização de um curso de ensino a distância foi um caminho para chegar a essa compreensão sobre o que é construído como cidadania no universo privativo dos agentes. O plano de ação configura um exercício de pertencimento e inclusão social em questões públicas permeado por sentidos. Nos resta conhecer o desdobramento dessas questões públicas no universo mais privativo dos textos elaborados por esses agentes.

A práxis representa um campo de saber onde é possível perceber as mediações entre agente social e sociedade, entre o saber construído pelos atores e arranjos estruturados – solo dessas relações que se renovam e multiplicam. (PINHEIRO; LUZ, 2003) Demasiado complexa, as práticas discursivas presentes nos projetos demandam uma extrema vigilância de utilização de técnicas e de sua adequação à construção do sentir-se cidadão. Segundo Bourdieu (1989, p. 63), “[...] os trabalhos científicos são parecidos com uma música que fosse feita não para ser mais ou menos passivamente escutada, ou mesmo executada, mas sim para fornecer princípios de composição”. Assim sendo, nos interessa os princípios de construção do conceito de cidadania nos planos de ação de agentes sociais.

A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO: O UNIVERSO ESTUDADO E A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Os projetos em análise, um total de 22 (vinte e dois), foram produzidos durante o curso “Educação Alimentar em Equipamentos Sociais Urbanos”, desenvolvido no Laboratório Digital de Educação Alimentar (LADIG'E) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O curso faz parte da proposta do CNPq e MCTIC na construção de uma rede de enfrentamento à desigualdade social na América do Sul, sendo oferecido na modalidade à distância, de forma gratuita.

O público-alvo abrangeu profissionais que realizam ou desejam realizar trabalhos educativos e estejam comprometidos com o DHAA, que em sua maior parte foi composto por nutricionistas.

O curso foi desenvolvido em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no qual foram disponibilizados textos, videoaulas e exercícios. O plano de trabalho estabeleceu um total de 160 horas, distribuídas em módulos, e cada módulo possuía uma aula gravada, um texto base com roteiro norteador para leitura e uma tarefa a ser realizada pelo aluno e compartilhada nos fóruns interativos. Para o aluno receber o certificado,

foi preciso realizar 70% das atividades de compartilhamento em fóruns e entregar todas as tarefas de cada módulo.

As tarefas desenvolvidas individualmente pelos participantes a cada módulo do curso, segundo a experiência de cada um, foram compartilhadas no grupo, em um espaço interativo mediado por tutores. Essas tarefas foram consolidadas em um projeto final por participante, que deveria dialogar com o universo simbólico das comunidades escolhidas por eles, constituindo-se em uma matriz útil para a problemática local. Assim, os projetos foram elaborados com a finalidade de atender demandas locais dos territórios em que se encontravam os equipamentos sociais escolhidos pelos participantes.

As tarefas relacionavam-se ao conteúdo programático do curso que foi construído em ordem crescente de complexidade, de modo que ao final os projetos já estivessem delineados e contemplando os conteúdos trabalhados (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição dos conteúdos contemplados no projeto final do curso EaD “Educação Alimentar em Equipamentos Sociais Urbanos”

	Item do Projeto	Descrição
1	Soberania e segurança alimentar e nutricional em equipamento social de alimentação	Definição do equipamento social escolhido pelo participante, com suas funções, público-alvo, local geográfico e social, bem como formas de custeio.
2	Educação alimentar e nutricional na desigualdade social	Estabelecimento do plano de ação de EAN, contendo território/ local, objetivo, metodologia e avaliação, de acordo com as possibilidades de realização de cada participante e local.
3	Cultura alimentar e culinária	Criação de uma peça de comunicação digital para atrair o público-alvo à ação de EAN proposta.
4	Construtivismo	Elaboração de um mapa do território em que o equipamento social escolhido se encontra, empregando a estratégia de cartografia social buscando identificar o que é importante para o participante e o equipamento escolhido, como parceiros, fluxos e conflitos existentes no território.
5	Ferramentas e redes digitais	Estabelecimento de rede de conexões, a fim de viabilizar uma boa comunicação para o equipamento social, com orientação para criação de um blog.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Entendemos que o desenvolvimento conceitual provém do debate de múltiplas perspectivas e da mudança simultânea das representações

internas em resposta a essas perspectivas. Assim, embora os projetos tenham sido desenvolvidos individualmente, as interações entre participantes do curso e tutores, no espaço interativo, estimuladas a cada módulo, permitiram discussões e exposição de diferentes perspectivas ao longo do curso. As reflexões foram motivadas, mas de modo atrelado à realidade experimentada pelos participantes em suas trajetórias anteriores. Entendemos experiências aqui como vivências objetivadas e maturidade em relação ao que era uma questão no debate. Materializar questões alimentares foi uma forma para não se perder nas reflexões sobre DHAA. O dimensionamento dessa materialidade (objetos dos módulos temáticos), planejado com antecedência, foi a estratégia para não cair em um pragmatismo. Os projetos, portanto, não são mera compilação das tarefas de cada módulo, mas sua versão final com possíveis reformulações, adaptações, inclusões ou exclusões de conteúdos após a interação com os demais participantes.

A análise do material foi baseada no referencial da análise de conteúdo (BARDIN, 2010), um conjunto de técnicas de análise das comunicações, marcado por uma grande disparidade de formas e que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Trata-se, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens, mas não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o “continente”, que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A exploração do material iniciou-se com uma leitura flutuante desses projetos, a fim de conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. A seguir, escolhemos os planos de ação de EAN de cada projeto como *corpus* da análise de conteúdo.

Optou-se pelo recurso da análise temática, que pretende tomar em consideração a totalidade de um texto segundo a frequência de presença, ou não, de itens de significação. Num primeiro passo, portanto, obedecendo ao princípio da objetividade, foram sistematizados elementos de significação dos projetos para uma classificação em um conjunto de categorias apropriadas ao objetivo desse trabalho e constitutivos da mensagem. A partir das quatro etapas que cada projeto definiu em seu plano de ações de EAN, foi feito um quadro sistematizado em que foram construídas as categorias analíticas, a partir dos dados da cultura local apresentados.

A definição das categorias e classificação dos elementos constitutivos da mensagem propiciam a realização de inferência, que, por sua vez, responde às questões relativas às condições de produção da mensagem ou sobre os seus efeitos.

Na segunda etapa, foi realizada a codificação do *corpus*, sendo que os dados brutos foram transformados sistematicamente e agregados em unidades de significação, permitindo atingir uma representação do conteúdo. A seguir, as unidades de registro foram codificadas em unidades de contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação e a classificação das unidades de análise fizeram emergir três categorias, que foram definidas a partir de pontos de convergência nos conteúdos apresentados (Quadro 2).

Quadro 2: Classificação de categorias de análise

Aspecto Analisado	Categorias	Amostragem
Tema central: construção de cidadania	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura de relações institucionais 2. Inclusão social na EAN 3. Políticas Públicas 	Elementos do plano de ação de EAN dos projetos: diagnóstico educativo e/ou território, objetivo(s), metodologia e avaliação

Fonte: elaborado pelas autoras.

O método das categorias permitiu a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem podendo estabelecer um quadro geral (Quadro 3).

Quadro 3: Análise de Conteúdo

Categorias	Componentes	Número de itens presentes	Total por Categoria
Estrutura de relações institucionais	Banco de alimentos, doações institucionais	1	18
	Restaurantes ou cantinas com assistência social	7	
	Hortas escolares e comunitárias	6	
	Feiras, redes de apoio comercial e de distribuição	3	
	Núcleos de saúde pública (NASF, USB)	1	
Inclusão social na EAN	Práticas culinárias	6	25
	Rodas, dinâmicas e debates	8	
	Atividades de horta e agroecológicas	5	
	Rede colaborativa	6	
Políticas Públicas	Programas: PNAE ^a , PAA ^b , PRONAF ^c	7	17
	Centros: CECANE ^d , NASF ^e , UBS ^f	4	
	Guia Alimentar: culinária emancipatória, rotulagem, valorização cultura local, ambiente sustentável	6	
Número total de elementos selecionados para análise		60	

Legenda: ^aPrograma Nacional de Alimentação Escolar, ^bPrograma de Aquisição de Alimentos, ^cPrograma Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ^dCentro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, ^eNúcleo de Apoio à Saúde da Família, ^f Unidade Básica de Saúde.

Fonte: elaborado pelas autoras.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: UM ESPAÇO PARA COMENSALIDADE E CONSUMO DE ALIMENTOS

Os conteúdos que mais expressaram uma estrutura de relações institucionais, fossem elas entre agentes individuais ou coletivos, estiveram

atrelados a um espaço reconhecido pela comunidade local como próprio, por algum motivo, para consumo de alimentos e comensalidade. As instituições escolares, de atenção primária ou universitária, foram lugares muito citados como propícios para ações específicas de SAN e legitimam o DHAA nas relações sociais que envolveram acessibilidade, modos de distribuição e estabilidade do fornecimento.

Os aspectos físico, econômico e sociocultural dos equipamentos sociais circunscreveram seus agentes na interação entre eles próprios, e marcaram barreiras e possibilidades, limites e facilidades dos sistemas de produção e consumo de alimentos locais. Assim, uma feira passa a ser uma instituição pública de distribuição de alimentos se os agentes sociais afirmam possibilidades de SAN e DHAA. O local, ainda que seja uma rua ou praça sem grandes especificidades, se tornou um lugar específico de consumo e/ou produção de alimentos para coletividades com argumento de partilha e direito.

Restaurantes foram muito citados sem elementos de padronização ou regulamentação formalizada, mas sempre apresentados com uma disposição para alimentação saudável, articulados principalmente a um baixo custo e alta acessibilidade. Compreendemos que essas são justificativas de um equipamento social pautado por pressupostos de políticas contra fome e insegurança alimentar.

As atividades como horta foram citadas com intimidade de quem tem prática em relação aos projetos pedagógicos de escolas, montadas com diversidade dentro de pátios, terrenos ou subindo pelas paredes, eram feitas em parceria pelos alunos, professores e funcionários. Entendemos que, assim como os demais lugares citados, a horta se configurou como uma prática de SAN e DHAA quando convergia com atividades realizadas com assiduidade e continuidade nas práticas pedagógicas cotidianas.

Durante o curso EaD se trabalhou a perspectiva de diferentes espaços coletivos desenvolverem DHAA, SAN e soberania alimentar, tornando-se equipamentos sociais. Nesse sentido, procuramos não restringir a noção de equipamento social apenas aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como banco de alimentos, restaurantes e cozinhas comunitárias, embora se reconheça sua importância para promoção da SAN. Os participantes foram incentivados a olhar para os espaços coletivos

existentes na sua comunidade, no seu bairro, na sua cidade e procurar neles possibilidades de ação capazes de reforçar o DHAA. Consideramos que outros espaços coletivos, mantidos ou não pelo Estado, também podem assumir funções de promoção da SAN, já que não é somente entregando alimentos ou refeições que se reforça o DHAA. Escolas, unidades de saúde, centros comunitários, associações de bairro, de trabalhadores, de agricultores, religiosas, esportivas, feiras, hortas, bibliotecas públicas, bancos comunitários são lugares que podem funcionar como equipamentos sociais de SAN.

Observa-se que para a maior parte dos projetos, o equipamento social em evidência esteve vinculado ao poder público (em instituições de ensino, de saúde ou assistência social), e apenas seis vincularam as ações de EAN a centros comunitários, sindicatos, feiras e associações religiosas. Possivelmente, a inserção profissional dos participantes direcionou suas propostas para esses espaços mantidos pelo Estado. Em ambos os casos, entretanto, os participantes precisaram construir os argumentos para que os espaços coletivos indicados pudessem ser reconhecidos como equipamentos sociais de segurança alimentar e nutricional, em especial, para aqueles que não assumem a tarefa de distribuição de alimentos e/ou refeições. Como não estava explícito essa função social, percebemos que foi preciso reforçá-la de algum modo nos projetos.

Ainda que uma das atividades do curso tenha sido a cartografia social do território a que se vinculava a ação de EAN, a identificação de parceiros institucionais não pode ser reconhecida em todos os planos de ação. Poucos foram os projetos que citaram outras instituições como parceiras nas atividades previstas. Essas parcerias foram listadas principalmente nos projetos envolvendo programas estatais consolidados, como o PNAE, o que possivelmente indica, nesse caso, um discurso mais consolidado em relação à intersetorialidade de ações do que a interinstitucionalidade.

A intenção de conduzir o público-alvo das ações a se apropriar dos equipamentos, no sentido de sua ocupação territorial, *in loco*, esteve muito presente nos planos de ação. Em alguns deles, há mesmo uma preocupação em relação a estratégias para atrair o público. A participação apareceu como um critério recorrente de avaliação das ações, demonstrando a importância das relações sociais. Entretanto, cabe problematizar a limitação

do número e frequência de participantes como critério de avaliação, o que nos levaria a um debate sobre a dicotomia entre a lógica da eficiência e a lógica da participação.

Embora seja fundamental, a participação despreziosa da população nos equipamentos não garante a possibilidade de apropriação do seu estatuto. Entendido aqui não como um estatuto formal, documental, mas como o conjunto de regras sociais que define e rege as práticas no equipamento. As ações de EAN incorporaram alguma possibilidade de o público interferir na forma como se estrutura – regras de convivência, organização da tomada de decisões, redefinição de papéis. Porém, nos levam a questionar se a participação despolitizada seria eficiente no processo de inclusão social discutidas no próximo item.

Em relação à estruturação de equipamentos sociais institucionalizados, a maior parte dos equipamentos descritos nos planos de ação estava vinculada ao Estado. Houve uma tendência a naturalização de uma estrutura polarizada e hierarquizada de relação público/instituição. Uma relação que, em geral, se estabeleceu entre o que detém o conhecimento legítimo e o que não o detém; entre o que tem o recurso material e o que não tem; entre o que tem poder legal e o que não tem. Refletindo sobre a polarização e tomando o pensamento de Bourdieu (1997), cabe reconhecer que a estrutura estabelecida, com suas regras de poder e hierarquias, faz parte de mecanismos de dominação que, sob pena de reproduzir representações nas próprias ações de EAN, apenas legitimam a dominação.

No entanto, as relações de poder entre os agentes nos microterritórios se afirmam cotidianamente, o que numa perspectiva crítica de educação continuada poderia abrir brechas na estrutura polarizada e hierarquizada dos equipamentos sociais institucionalizados, embora não tenha ocorrido. Em um dos planos de ação, por exemplo, cujo equipamento social relacionado tratava-se de restaurante, havia previsão de análise e sugestão de inclusão de alimentos no cardápio pelo público-alvo, o que parecia criativo. No entanto, tinha como balizador o valor nutricional do cardápio, anteriormente trabalhado no grupo como orientação. Uma educação crítica não polariza com guias alimentares; não se trata de negar a importância do valor nutricional dos cardápios, mas de criar coletivamente alternativas. Observamos que, embora os projetos criassem espaço de discussão

sobre o cardápio, compartilhando em certo grau a tomada de decisões, foram raros os espaços alternativos de reconhecimento do saudável fora dos padrões globais. A base em que se dá a seleção de alimentos aparece predefinida pelos planejadores de EAN, sem grande investimento sobre o que seria a melhor alimentação possível na perspectiva dos usuários.

O que nos parece que seria uma brecha nessa estrutura de poder não é o apoio a uma alimentação saudável globalizada e sustentável, mas o processo de, a partir dela, apreender quais são os mecanismos positivos que, produzindo a alimentação globalizada como a melhor, acarretariam efeitos de controle e poder. Para escapar à reprodução desse mecanismo, nos cabe perguntar: de que forma os movimentos de EAN voltados para construção de cidadania poderiam incorporar aspectos educacionais criativos e emancipatórios?

Estas considerações, não significam, entretanto, que nos equipamentos fora da alçada do Estado, as relações desiguais e a dominação não possam se estabelecer. Mas, nesse caso, a estrutura da relação público/instituição, em geral, se estabelece em outras bases não realçadas nos projetos que foram analisados nesse estudo.

INCLUSÃO SOCIAL NA AÇÃO DE EAN

A noção de inclusão/exclusão social passa de algum modo pelo trabalho – como atividade criativa humana de caráter ontológico e como forma de obter renda – pelos recursos materiais, pela assistência social, pela participação política, pelos direitos humanos e pela cultura, com os quais dialogamos no EaD. A abordagem da exclusão social é complexa e relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. (DUPAS, 1998) Cabendo notar que essas diferentes manifestações da exclusão não necessariamente incidem isoladamente, mas podem se acumular, sobrepondo-se em determinados grupos sociais.

O alimento elevado ao seu caráter de acesso universal e de inclusão social pela emenda constitucional 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais, fixados na Constituição Federal (BRASIL, 2010), reforça a importância de uma série de políticas dirigidas à inclusão social e a grupos socialmente vulnerabilizados, tais como: assistência social, transferência

de renda, restaurantes populares, programas de controle das carências nutricionais, alimentação do trabalhador, alimentação escolar, políticas territoriais e afirmativas dirigidas a comunidades tradicionais e povos indígenas.

Nos projetos analisados, a comensalidade e a culinária foram o fio condutor de ações desenvolvidas presencialmente em equipamentos públicos ou em redes sociais. Observamos uma disposição para intervenção em prol de um comer junto nas ações propostas nos projetos, em que as mensagens disseminadas visavam mudanças e incorporação de regras sociais em torno da divisão de alimentos, legitimadas pelas orientações de Políticas Públicas. Assim, olhamos para os projetos considerando que a comensalidade, que de certo modo uniu as ações de EAN analisadas, pode servir para pensar diferentes dimensões desse binômio inclusão/exclusão social.

Uma hipótese para a valorização da comensalidade nas ações de EAN pode estar relacionada à inclusão deste conceito no Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), documento oficial que estabelece diretrizes alimentares oficiais para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional nos diversos setores.

Essa comensalidade se apresenta a partir de orientações como: comer com regularidade e com atenção; comer em ambientes apropriados; e comer em companhia. Mas, como afirmam Wollz e Prado (2006, p. 50), “é complexa, plural e permite muitas definições”. E é justamente pela sua plasticidade que podemos pensar a comensalidade como uma dimensão para discutir a inclusão social e/ou a exclusão social, seja num partilhar a mesa de forma agradável e ativa, seja orientada por um padrão cultural do “comer para viver”.

A cultura alimentar local foi mencionada em várias etapas dos projetos, o que nos indica algo sobre a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local. No entanto, há que se problematizar uma certa contradição entre conhecer a cultura local e perpetuar uma só alimentação saudável, discutido na categoria anterior. Esses princípios de alimentação saudável e cultura local guardam entre si uma tensão silenciada, pois considerando a legitimação de um padrão nacional de

alimentação saudável, como a cultura alimentar local pode escapar a essa superioridade?

Esta questão nos faz lembrar a discussão de Giddens (1991) sobre a visão romancada da comunidade, que muitas vezes está presente nas análises sociais quando as culturas tradicionais são comparadas às modernas. O autor enfatiza a importância das relações localizadas em termos de lugar, em que este não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas e, assim, nessas comunidades, em sua grande maioria, a população era relativamente imóvel e isolada, e a localidade contribuía para segurança ontológica de maneiras que são substancialmente dissolvidas em circunstâncias de modernidade. Nos cenários pré-modernos, as estruturas através das quais o lugar se constitui não são mais organizadas localmente. “O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados”. (GIDDENS, 1991, p. 98) Mesmo mantendo sentimentos de identificação com lugares, eles mesmos estão desencaixados e se encontram também salpicados de influências muito mais distantes.

Nos projetos apareceu também a valorização da agricultura familiar, reconhecida como uma estratégia de inclusão social. Em nosso enfoque no curso apresentamos o fomento à agricultura familiar como forma de garantir a estabilidade desse produtor, principalmente, na distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. Experiências exitosas de sistemas de cultivo agroecológico têm sido divulgadas como exemplo de tecnologias orientadas à solução de problemas associados à exclusão social, como uma tecnologia social.

As tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas, uma vez que as tecnologias determinam posições e condutas de atores, condiciona estruturas de distribuição social, geram problemas sociais e ambientais e ao mesmo tempo facilitam ou dificultam sua solução, ou seja, os processos de mudança social estão em relação com as tecnologias. Assim, o desenvolvimento de “Tecnologias Sociais” reveste-se de uma importância estratégica para resoluções de problemas como exclusão social e pobreza. (THOMAS, 2009)

Esse tipo de tecnologia inserida em um contexto em que emergem interesses na elaboração de políticas sociais inclusivas precisa ser resultante do conhecimento criado coletivamente pelos atores interessados no

seu emprego. A capacidade local de geração de soluções tecnoprodutivas tanto adequadas quanto eficazes são desenvolvidas a partir da interação com a população e representam uma alternativa para facilitar a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida.

As metodologias e procedimentos dos projetos de EAN priorizaram a informação a população-alvo, promovendo uma aproximação afetiva com a comunidade. Apareceram planos de implementação de metodologias ativas de EAN reforçando a participação popular em debates e palestras sobre alimentação saudável a preço acessível.

Vale destacar a proposta de alguns planos de ação que previam a visita a outros locais/parceiros que desenvolvem atividade semelhante à proposta, como, por exemplo, hortas comunitárias. Essa estratégia aparece no sentido de dar ao público a oportunidade de conhecer experiências concretas de enfrentamento de desigualdades, ainda que em condições diferentes.

A inclusão esteve associada à construção de cidadania e aos Direitos Humanos: os projetos propagaram a inclusão social como decorrente do DHAA, quando este se realizava segundo os critérios do saudável. Ser saudável representou estar dentro do que nos faz cidadãos de direitos. Por outro lado, não se alimentar de modo saudável é estar excluído dos direitos, fosse por opção ou falta de opção.

Nesse sentido, realizar uma alimentação saudável funcionou como uma senha para se tornar cidadão e sujeito de direitos. O DHAA foi um imperativo flutuante nas entrelinhas dos projetos. No entanto, muitas metodologias nos pareceram distantes do que seria possível ser realizado *in loco*, o que nos levou ao seguinte questionamento: como os planejadores esperavam que seu público-alvo vivenciasse ou consumisse seus direitos garantidos por lei na prática?

As ações de EAN, os usos de chavões das políticas públicas envolvendo DHAA e SAN, assim como propagandas de alimentação saudável legitimaram as atividades de inclusão social desenvolvidas nos equipamentos sociais de alimentação e nutrição de um modo inocente diante da complexidade dos processos de exclusão social que vivemos hoje. Os conflitos entre a esfera privada de direitos e a construção de um espaço coletivo de direitos não foram apontados nas etapas dos projetos.

Conforme dito anteriormente, partimos do princípio que um processo educativo em prol do direito humano se realiza na conexão sujeito e sociedade, quando o comer, ou o falar sobre o comer, garante liberdades básicas para cada um, mas que promovem melhores condições de vida para todos. A apropriação dos direitos humanos faz sentido na prática, e, embora os equipamentos sociais dos projetos tenham mostrado vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade, são espaços com práticas comunicacionais alienadas de sua potência.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA REFERÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Os debates sobre a alimentação como campo político, segundo Portilho, Castañeda e Castro (2010), passam a atingir atividades privadas, cotidianas e rotineiras de consumo alimentar, deixando de estar exclusivamente na esfera política institucional. No entanto, observamos o papel determinante do que se convencionou chamar de Política Pública. Equivale a uma parte do conjunto de Políticas sociais, que, como dimensão orientadora para construção da inclusão social, estão associadas ao resgate da cidadania e de sua universalização. As políticas sociais representam uma transferência unilateral de recursos, que gera conflitos envolvendo uma infinidade de agentes sociais como: congresso e câmara, presidência da República e ministérios, tribunais dos mais variados, partidos políticos, sindicatos, corporações, universidades e escolas, conselhos de classe, movimentos sociais, entre outros. Atualizando os embates cotidianos no processo político é legitimada a ordem social com prerrogativas e direitos para os cidadãos.

Assim, estar ciente e afirmar políticas públicas como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que visa reorganizar, qualificar e aperfeiçoar ações do SUS para o enfrentamento da situação alimentar e nutricional dos brasileiros, é também afirmar um papel de cidadão, de pertencimento a um corpo maior, a uma unidade comum, e nesse sentido foi analisado como um elemento formador de cidadania. Nas aulas de EaD os participantes foram orientados a seguir os textos de Políticas Públicas. Por exemplo, foi referenciado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2016/2019, por apresentar programas

e ações relacionados à oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade alimentar, dentre eles a Rede de Equipamentos de Alimentação e Nutrição, como uma ação, entre outras, para contemplar a diretriz 1 da PNSAN – a promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável. (BRASIL, 2011)

A Política Pública interpretada, por um lado, como meio de manutenção da ordem vigente e, por outro, como resultado das lutas das classes populares por direitos é reconhecida por Padrão e Aguiar (2018), e por nós, como necessária em nosso sistema político-econômico. As autoras salientam, contudo, os limites da política pública na superação das desigualdades.

Nos projetos, a referência a Políticas Públicas exerceu papel determinante na construção das ações de EAN. Foram citadas políticas e programas como PNAN, PNAE, PRONAF, PAA, centros como CECANE, NASF, UBS, além do Guia Alimentar, conforme apresentado no Quadro 3 de análise de conteúdo, como forma de legitimar o pertencimento a uma unidade comum nacional. O posicionamento em defesa do DHAA nos textos nos pareceu instável sem esse apoio de citação. Caso contrário, o argumento ficaria frágil e a redação ficaria incompleta. As ações de educação alimentar propostas em prol do DHAA não eram apresentadas com a naturalidade de uma ordem do senso comum. O DHAA produziu-se como resultado permanentemente em suspenso do conflito sobre aquilo que os diversos atores sociais supõem que ele deva ser, ou seja, o que é orientado pelas Políticas Públicas.

Em muitos casos, a promoção de alimentação saudável estimulada nestas políticas pode se colocar como objeto de resistência, quando representam uma possibilidade de criar espaços de luta e de agenciar possibilidades de enfrentamento da desigualdade social, como vemos presente nas propostas de promoção de práticas educativas em alimentação e nutrição citadas nos projetos. Muitas vezes, práticas estas fundadas na promoção de uma alimentação saudável produzindo discursos de verdade sobre o comer bem, como tática para garantir uma SAN. No entanto, refletindo sobre essa militância presente nos projetos, ao mesmo tempo que buscam anular os poderes que impõem a desigualdade social, segundo Foucault

(2007), a resistência é, às vezes, o resultado das relações de poder, pois ela se dá onde há poder, e, assim, ela é tão produtiva e inventiva quanto o poder.

Esses discursos da promoção de saúde, em que a alimentação saudável está incluída, [...], nos atravessam, constituem e oferecem uma ética [...] no sentido de um meio pelo qual podemos avaliar nossos desejos, atitudes e condutas em relação aos estabelecidos pelos especialistas. Como tal, a promoção da saúde e da alimentação saudável é uma forma do governo operar seu poder [...] fazendo de nós o que somos hoje. (KRAEMER et al., 2014, p. 1351)

Analisamos a maior parte das citações de Políticas Públicas como um recurso em busca da legitimação de cidadania. Cidadania neste caso seria estar ciente de direitos e deveres assegurados pelo governo, tendo nessa condição algum poder através da participação de decisões políticas. Os programas de restaurantes populares, em escolas e universidades, assim como os bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, foram legitimados como espaços de DHAA e SAN pelas Políticas de SSAN (BRASIL, 2008), são fruto de fóruns, conselhos, entidades diversas e movimentos militantes. Operacionalmente essas políticas chancelam as ações e conferem cidadania aos equipamentos e aos agentes sociais. São jargões e chavões que abrem portas para o DHAA e para proteção social.

Consideramos que as permissões e proibições regulamentadas no campo da alimentação e nutrição são relativamente novas na consolidação do DHAA e SAN. Constituem uma etapa inicial do campo da alimentação e nutrição na luta em defesa dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que seria uma reincidência se considerarmos que os projetos reproduzem antigas relações econômicas nas relações e sistemas de poder. Feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão quando reforçam a ideia de uma nação capaz de alimentar toda sua população.

De acordo com estudo de Nascimento, Carvalho e Prado (2017), sobre o Marco de EAN, entendemos que os documentos políticos são ganhos políticos essenciais para nosso campo, mas que orientam uma prática alienada de olhar crítico e sensível às ideologias que os sustentam,

[...] uma vez que a perspectiva mais rica seria justamente ser capaz de debater os vários modelos de uma boa educação alimentar juntamente com uma série de questões do dia a dia de um ‘fazer política’ e defender o Direito a uma Alimentação Saudável e Adequada neste nosso país de desigualdades perversas. Não descrever ou apontar dificuldades, equivale a estar alienado em um ideal. Ainda que o ideal seja construído na realidade cotidiana, ele é inimigo do real no sentido que aprisiona mudanças e embates necessários ao processo de criação humana. (NASCIMENTO; CARVALHO; PRADO et al., 2017, p. 662)

Observamos que os projetos de EAN são reflexos de um círculo ideológico que (re)afirma a importância de uma boa educação e boa alimentação para toda a população, mas com frágeis estratégias em sua prática cotidiana para materializar um projeto futuro de uma nação soberana, com potência para distribuição igualitária de renda e alimentos. Porém, ficou claro que querem pertencer a esse projeto de nação. As fragilidades estratégicas para realizar o DHAA dentro das possibilidades reais brasileiras e falta de decisão política no enfrentamento da desigualdade social por parte dos dirigentes foram complementares em nossa análise sobre os projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de EaD nos proporcionou material para reflexões sobre a construção de cidadania presente, em algum grau, no imaginário social. A formulação de projetos de EAN para equipamentos sociais urbanos de alimentação e Segurança Alimentar materializou um *corpus* de análise que nos permitiu um aprofundamento sobre a construção de cidadania dialogando com pensadores em debate no nosso século.

Os projetos não foram uma mera compilação de tarefas do curso, mas resultado de reformulações, adaptações, inclusões ou exclusões de conteúdos após a interação com os demais participantes e tutores. Eles refletem posicionamentos e incorporações das concepções de DHAA e SAN atualizadas nas políticas públicas. Assim, um curso abriga trocas simbólicas que operam reciprocamente, entre tutores e alunos, com apropriação de conteúdos. Os três conjuntos de conteúdo dos textos transitórios

e interativos desses projetos, divididos em categorias analíticas, foram organizados de acordo com pressuposições teóricas que fundamentam a construção de cidadania como um exercício cotidiano, ser detentor legítimo de direitos a cada novo dia. Assim, na transitoriedade do cotidiano, nos propomos a responder a pergunta guia: como os planejadores de EAN em equipamentos públicos objetivam o sentimento de cidadania? Como esperam que seu público-alvo vivencie ou consuma seus direitos garantidos por lei?

A identificação de equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional demandou esforço de orientação por parte dos tutores, o que já havia sido previsto na seleção de materiais didáticos do curso, conforme apresentado anteriormente. Quais prerrogativas teriam um espaço de alimentação para ser considerado equipamento social? O que exatamente torna um restaurante ou uma feira dignos para serem legítimos afirmadores do DHAA? Essa foi uma questão articulada ao fato da cidadania e do DHAA serem atributos subjetivos articulados a temas com posicionamento e negociações políticos, assim como a compromissos éticos de desenvolvimento social.

Por outro lado, as ações de EAN são mais palpáveis, possibilitando legitimar os equipamentos e objetivar a construção de cidadania. Um restaurante é mais cidadão à medida que se ocupa mais de uma alimentação saudável de baixo custo e alta acessibilidade de modo sustentável. Da mesma forma, uma horta escolar legitima um status cidadão quando realiza práticas pedagógicas cotidianas envolvendo alimentação saudável.

Alimentação saudável é uma senha para construção de cidadania: um padrão de ser e estar no mundo que se confunde com os direitos humanos. Ter uma alimentação saudável é também um argumento de inclusão social. Ela povoou objetivos, diagnósticos e estratégias de EAN, afirmando vínculos fortes entre os atores sociais do projeto, o contexto sociocultural e atribuiu sentido de proteção social e cooperação. Da mesma forma, os conteúdos de SAN capitalizaram para inclusão social.

Concluimos que a participação social esteve muito presente nos textos, porém não aparece de modo politizado. A participação esteve ligada à presença e não ao modo de estar presente. O que nos levou a questão: a participação despolitizada seria eficiente na estruturação de equipamentos

sociais? Os equipamentos sociais projetados se apresentaram com uma estrutura polarizada e hierarquizada que reproduziam mecanismos sutis de dominação e controle. Nesse sentido, a politização seria uma condição para construção de cidadania como alternativa ao sistema hegemônico de produção e consumo.

A valorização da agricultura familiar apareceu reconhecida como uma estratégia de inclusão social. De maneira semelhante, a culinária também envolveu a cultura alimentar local, que foi mencionada em várias etapas dos projetos, o que nos indicou algo sobre a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local. No entanto, há que se problematizar uma certa contradição entre conhecer a cultura local e perpetuar uma só alimentação saudável. Esses princípios de alimentação saudável e cultura local guardam entre si uma tensão silenciada, pois considerando a legitimação de um padrão nacional de alimentação saudável, como a cultura alimentar local pode escapar a essa superioridade?

Observamos que o conteúdo articulado a argumentos orientadores de Políticas Públicas envolvidas no tema SAN e EAN legitima direitos e o pertencimento a uma vida política. Portanto, um discurso cidadão presuppõe um sujeito minimamente informado e politizado. Mas o cidadão em uma condição de consumidor de direitos pode se fechar numa esfera privada e conflitar com as questões públicas? Se assim for, estariam estes textos construindo uma concepção de cidadania irmã do novo liberalismo?

As ações de EAN e SAN em equipamentos sociais de alimentação constituíram-se num desafio para construção da cidadania, com muitas possibilidades a serem exploradas para efeitos de transformação nos processos de construção social no âmbito local.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A. Comunicação, Educação e a construção de uma nova variável histórica. *Comunicação & educação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 19, p. 20-169, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 fev. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 16 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

CHOMSKY, N. *Natureza humana Justa vs poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CORRÊA, D. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

CORRÊA, D. Cidadania e a construção de espaços públicos. *Desenvolvimento em questão*, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 37-54, 2003.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, A. *O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

- JARAMILLO, A. N. M. Territorio, lugares y salud: redimensionar lo espacial en salud pública. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 1-12, 2018.
- KRAEMER, F. B.; PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R. *et al.* O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1337-1360, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- NASCIMENTO, M. N. C.; CARVALHO, M. C. V. S.; PRADO, S. D. Análise sobre orientações políticas de educação alimentar e nutricional. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 637-664, 2017.
- PADRAO, S. M.; AGUIAR, O. D. Restaurante popular: a política social em questão. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, 2018.
- PORTILHO, F.; CASTANEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.
- PINHEIRO, R.; LUZ, M. T. Práticas eficazes x modelos ideais: ação e pensamento na construção da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (org.). *Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.
- REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- THOMAS, H. E. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: OTTERLOO, A. (org.). *Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília, DF: [s. n.], 2009. p. 25-81.
- WOLLZ, L. E. B.; PRADO, S. D. Cinema e comensalidade: aspectos simbólicos da comida a partir da linguagem cinematográfica. In: FERREIRA, F. R.; PRADO, S. D.; VARGAS, E. P. *et al.* (org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. p. 37-51.